

## **ATA NÚMERO 08/XIII (1.ª)**

**5 de janeiro de 2016 – 15h00**

### **1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

### **2. Aprovação da ata**

Ata da reunião de 22 de dezembro

### **3. Comunicações do Presidente**

### **4. Petição 546/XII (4.ª), SIPE — Graduação profissional como único critério de seleção e abertura urgente de lugares de quadro de Agrupamento – 15h00**

- Audição dos peticionários
- Deputada Relatora: Maria Manuela Tender – PSD

### **5. Audiência a Federações e Associações Académicas – 16h00**

### **6. Projeto de Lei n.º 45/XIII (1.ª), PCP - Elimina os exames de 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico**

- Apreciação e votação do parecer da Comissão
- Deputado Relator – Susana Amador - PS

### **7. Petição nº 8/XIII (1.ª), de Eva Cláudia Alves Loução - Correção de concurso docente – oferta de escola**

- Apreciação da nota de admissibilidade
- Deputado Relator: Deputado do PSD

### **8. Outros assuntos**

### **9. Data da próxima reunião**

- Dia 12 de janeiro de 2016 – 15h00

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Na ausência do Presidente da Comissão, por motivo de doença, a reunião foi presidida pela 1.ª Vice-Presidente, Deputada Margarida Mano (PSD).

Dado que o CDS-PP tinha remetido às 13h13 desse dia um requerimento para audição do Ministro da Educação, foi questionado se havia consenso para o mesmo ser apreciado na reunião desse dia. O Deputado Porfírio Silva (coordenador do PS) referiu que atenta a hora da distribuição do requerimento, propunha que a sua discussão tivesse lugar na reunião seguinte, o que obteve o acordo da Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) e restantes Deputados.

A proposta de Ordem do Dia, na versão que tinha sido distribuída, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## 2. Aprovação da ata

A ata da reunião de 22 de dezembro foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## 3. Comunicações do Presidente

**3.1.** A Presidente em exercício fez referência ao pedido de cedência de instalações remetido pela FENPROF para a realização, nas instalações da Assembleia da República, de uma conferência sobre o stress na profissão docente e o desgaste físico e psicológico provocado pelo exercício continuado da atividade, tendo salientado que o Gabinete do PAR solicitava parecer da Comissão sobre a relevância e enquadramento da realização desta Conferência no âmbito do plano de atividades da Comissão.

Na ausência de intervenções sobre a matéria, referiu que se iria transmitir o parecer positivo e realçar que o dia 29 de janeiro (6.ª feira) entre as 9h30 e as 13h correspondia ao período da sessão plenária, bem como indicar que os convites aos Grupos Parlamentares, para eventual participação na conferência, deveriam ser dirigidos diretamente aos mesmos.

### 3.2. Pedidos de audiência

Deu depois conta de que tinham sido pedidas audiências pelas entidades a seguir indicadas, tendo-se consensualizado que teriam lugar em reunião presidida por Deputado-piloto, conforme se refere a seguir:

- **Assembleia Municipal de Sesimbra** - Estado da educação no concelho de Sesimbra.  
Distribuição ao BE, que informou que indicaria posteriormente o Deputado-piloto.

- **Estabelecimentos de ensino com oferta de Cursos Científico-Tecnológicos** - Regulamentação dos cursos com planos próprios de dupla certificação. Distribuição ao CDS-PP, tendo sido indicada para o efeito a Deputada Ana Rita Bessa.

### **3.3. Relatório da audição da peticionária da petição n.º 545/XII (4.ª) - Solicita a alteração do regime de aposentação dos docentes em monodocência com o curso concluído até 1974**

Posto à consideração o relatório em causa, não foram propostas alterações, tendo o mesmo sido aprovado.

### **4. Petição 546/XII (4.ª), SIPE — Graduação profissional como único critério de seleção e abertura urgente de lugares de quadro de Agrupamento – 15h00**

O SIPE – Sindicato Independente de Professores e Educadores estava representado por uma delegação que está identificada na [página da Comissão, na internet](#).

Os representantes do SIPE referiram que estava em causa uma petição muito importante e explicitaram a fundamentação da mesma. Indicaram que o concurso interno era para os professores do quadro e o concurso externo para os professores não vinculados e que na mobilidade interna eram colocados os professores com menos de 6 horas letivas atribuídas, bem como os professores do quadro de zona pedagógica (por se considerarem sem componente letiva) e só as vagas sobranes é que iam para o concurso interno, pelo que os docentes do quadro das escolas concorriam na segunda prioridade.

Nesta sequência, pediram que no concurso interno todos os professores concorressem numa só prioridade.

Em relação à bolsa de contratação das escolas, consideraram que a mesma era maléfica. Referiram que era utilizada nas escolas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) e nas escolas com autonomia, que atualmente já eram 225, prevendo-se que no futuro todas as escolas viessem a ter autonomia.

Realçaram que na bolsa de contratação era levada em conta a habilitação profissional, a experiência profissional e outra formação relevante e que os Diretores das escolas iam sempre procurar docentes à bolsa, mas muitas vezes os que lá estavam já tinham sido colocados, pelo que se verificava uma perda de tempo dos Diretores.

Por outro lado, consideraram que na avaliação da outra formação relevante creditada verificava-se um tratamento diversificado pelas várias escolas, o mesmo acontecendo, também, por exemplo, com a experiência anterior em escolas TEIP.

Por último, defenderam o investimento na formação inicial, bem como na contínua e estágios integrados.

Interveio depois o Deputado Porfírio Silva (PS), referindo que os petiçãoários indicavam que o mecanismo atual não era adequado à flexibilidade dos recursos humanos e nessa linha perguntou se concordavam que as escolas precisavam dessa flexibilidade e quais eram as alternativas possíveis ou se deveria utilizar-se só e sempre a lista de graduação como único critério.

A Deputada Joana Mortágua (BE) concordou que os concursos atualmente levavam à degradação da situação dos professores e manifestou acordo, em termos gerais, com as propostas dos petiçãoários.

Referiu depois que a bolsa de contratação gerava muita arbitrariedade nos subcritérios, equacionou os mecanismos de precariedade dos professores e perguntou se proporião outra alternativa. Por último, referiu que iam estudar as questões e esperavam trabalhar sobre elas.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que os concursos dos professores eram um assunto difícil de resolver, na medida em que havia uma tentativa de resolver vários interesses das pessoas. Indicou depois que as escolas TEIP e as escolas com autonomia tinham contratualizações e resultados a obter, pelo que deviam poder escolher os docentes a contratar. Por último, questionou quais as alternativas que propunham.

A Deputada Ana Virgínia (PCP) informou que concordavam com as propostas do SIPE, com as dificuldades que a bolsa de contratação representava para os Diretores e bem assim com a existência de um único concurso para todos os opositores.

A Deputada Maria Manuela Tender (PSD), relatora da petição, agradeceu as questões equacionadas na petição, defendeu a importância da estabilidade do corpo docente, referiu que o Governo anterior tinha possibilitado a vinculação de muitos docentes e realçou a valorização da educação e a importância da formação inicial.

Referindo que a posição defendida pelo SIPE quanto à graduação parecia correta, pediu, no entanto, indicação da posição de outros sindicatos e equacionou o parecer do Conselho de Escolas no que respeitava à gestão de recursos humanos. Por último, pediu a posição do SIPE sobre o levantamento das necessidades de recrutamento de docentes.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, os representantes do SIPE manifestaram concordância com a flexibilidade dos recursos humanos e com os quadros de zona pedagógica, embora os considerassem grandes, mas discordaram que estes professores ficassem à frente dos restantes nos concursos.

Propuseram depois que a bolsa de contratação fosse substituída pela reserva de recrutamento, com verificação 2 vezes por semana, tendo realçado que atualmente o mesmo docente podia concorrer a 10 escolas e ser colocado em todas. Manifestaram ainda discordância em relação à existência de mecanismos diferentes na contratação para as escolas TEIP ou com autonomia.

Realçaram que a mobilidade interna tinha vindo a ter alterações sequenciais de legislação o que tinha gerado tratamentos diferenciados para os professores.

Por fim, apresentaram as seguintes alternativas:

1. Aceitando a liberdade de escolha das escolas, haveria que definir um critério de seleção e consideraram que a graduação profissional, não sendo um critério perfeito, era o melhor para a escola;
2. Deveria acabar-se com a bolsa de contratação das escolas e utilizar-se a reserva de recrutamento, com verificação 2 vezes por semana;
3. As escolas TEIP deveriam ter recursos próprios e devia ser dada formação aos professores.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

## 5. Audiência a Federações e Associações Académicas – 16h00

Os representantes das várias federações e associações académicas presentes — Associação Académica de Lisboa, Associação Académica da Universidade do Algarve, Associação Académica da Universidade de Aveiro, Associação Académica da Universidade da Beira Interior, Associação Académica da Universidade de Évora, Associação Académica da Universidade de Lisboa, Associação Académica da Universidade do Minho, Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Federação Académica de Lisboa, Federação Académica do Porto, Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico e a Federação Nacional do Ensino Superior Particular e Cooperativo — começaram por agradecer a concessão da audiência para apresentar as linhas orientadoras estratégicas, posições e moções que guiaram a sua atuação nos mais diversos temas relacionados com o ensino superior nacional e que foram apresentadas no Encontro Nacional de Direções Associativas (ENDA), que teve lugar na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, nos dias 12 e 13 de dezembro de 2015.

Daniel Freitas, da Federação Académica do Porto, e Carlos Videira, da Associação Académica da Universidade do Minho, manifestaram o reconhecimento do movimento associativo estudantil com a recente criação de um Ministério diretamente afeto à Ciência e Tecnologia, não dependendo essas áreas do Ministério da Educação, e com capacidade negocial bastante para garantir o aumento da dotação orçamental para o ensino superior e ciência.

De seguida, sublinharam alguns pontos que lhes merecem maior preocupação:

- 1) Reforço dos fundos estruturais para a sustentabilidade dos instrumentos da ação social escolar;
- 2) Avaliação da aplicação do regime jurídico das instituições de ensino superior;
- 3) Constituição do Conselho Coordenador do Ensino Superior e revisão do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes de Ensino Superior de modo a concretizar a intenção de reforçar a ação social escolar;

- 4) Aumento do valor da bolsa de estudo a conceder aos estudantes, tornando-o mais justo e adequado às suas reais necessidades;
- 5) Necessidade de levar a cabo um trabalho mais aprofundado no que ao abandono escolar diz respeito;
- 6) Iniciar o debate em torno da binaridade e do nível a que a mesma deverá ser instituída;
- 7) Rever a regulamentação dos cursos superiores técnico-profissionais e dos Programas +Superior e Retomar;
- 8) Reforçar o financiamento do ensino superior numa lógica plurianual;
- 9) E criar programas de apoio a estágios.

Intervenção de seguida a Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD), que, para além de sublinhar o papel que estas associações têm tido nos últimos anos, referiu que o Grupo Parlamentar do PSD comunga de muitas das preocupações expressas quanto ao atual Programa do Governo no que respeita à avaliação do RGIES, à reorganização da rede de ensino superior e à falta de uma estratégia clara de combate ao abandono escolar, fruto de situações de carência económica e financeira dos estudantes.

Quanto ao abandono escolar em concreto, disse ser extremamente importante o papel da ação social escolar, bem como as alterações introduzidas no regulamento de atribuição de bolsas, na medida em que houve um aumento do limiar de elegibilidade e do complemento de alojamento a bolsеiros deslocados, assim como a introdução de um calendário de pagamentos fixos da bolsa.

Perguntou, por fim, se a atribuição de doutoramentos deve estar dependente da natureza jurídica da instituição de ensino superior ou se porventura da qualidade e dos resultados da investigação aí realizada e da ligação dessas instituições ao tecido económico e social.

O Senhor Deputado António Eusébio (PS) referiu que o Grupo Parlamentar do PS considera que há questões que merecem ser analisadas com as associações académicas para que o ensino superior português tenha mais qualidade.

Salientou as dificuldades vividas por algumas universidades periféricas que não tiveram acesso ao Programa +Superior e perguntou se esse programa podia ou não prejudicar a colocação de alunos e, nesse sentido, fazer com que as universidades tivessem menos alunos e menos inscrições.

Perguntou o que é que as federações e associações académicas defendiam quanto à unificação ou não do sistema politécnico/universitário e se fazia ou não sentido continuar a existir uma diferenciação das carreiras docentes.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) falou do sucessivo desinvestimento no ensino superior, na instabilidade que se vive e nas implicações negativas resultantes das políticas seguidas nos últimos anos para a vida dos estudantes.

Perguntou também qual a análise que as associações faziam da perda de espaço dos estudantes nos órgãos de gestão da escola. Como o modelo de gestão das universidades tem

vindo a restringir essa participação, o próprio movimento estudantil tem vindo a perder força reivindicativa nos espaços de decisão.

Quanto à reorganização da rede de ensino superior, perguntou o que é que as associações e federações académicas defendiam quanto à possibilidade de haver, por um lado, uma mobilidade de docentes entre as universidades e, por outro, novas contratações

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu-se ao papel que o Ministério deve ter nos próximos tempos e à necessidade de rever a regulamentação dos cursos superiores técnicos profissionais.

Quanto ao abandono escolar, disse ser importante passar a haver uma estatística credível e rigorosa, à semelhança do que acontece já hoje no ensino não superior, tendo questionado se a aposta na prevenção deste fenómeno tinha simplesmente a ver com as bolsas ou se existiam outros fatores a ter em consideração.

Por fim, em relação à criação de programas de apoios a estágios, perguntou se eles eram remunerados e integrantes da formação.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) falou da necessidade de reforço do movimento associativo e da partilha de preocupações por parte do Grupo Parlamentar do PCP quanto a esta matéria, terminando por fazer votos que esta ligação que as associações e federações académicas estabeleceram com o Parlamento através da Comissão de Educação e Ciência possa ter igual expressão junto dos estudantes.

A documentação entregue pelas associações e federações académicas e a gravação da reunião encontram-se disponíveis na [página da Comissão na Internet](#).

#### **6. Projeto de lei n.º 45/XIII (1.ª), PCP - Elimina os exames de 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico**

A Senhora Deputada Susana Amador (PS), relatora do parecer, fez a respetiva apresentação, tendo todos os Grupos Parlamentares manifestado o seu apoio ao texto apresentado.

O parecer foi aprovado por unanimidade.

#### **7. Petição nº 8/XIII (1.ª), de Eva Cláudia Alves Loução - Correção de concurso docente – oferta de escola**

Apreciada a nota de admissibilidade, a petição foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP. Cabendo ao PSD a indicação do relator, foi designada a Senhora Deputada Manuela Tender (PSD).

#### **8. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

#### 9. Data da próxima reunião

- Dia 12 de janeiro de 2016 – 15h00

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17 horas e 05 minutos.

**A VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(Margarida Mano)**

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 12 de janeiro de 2016.



### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria  
Ana Rita Bessa  
Emília Santos  
Joana Mortágua  
João Torres  
Laura Monteiro Magalhães  
Luís Monteiro  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Germana Rocha  
Maria Manuela Tender  
Miguel Tiago  
Nilza de Sena  
Odete João  
Pedro Alves  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Pimpão  
Porfírio Silva  
Sandra Pontedeira  
Susana Amador  
António Eusébio  
Cristóvão Crespo  
Diogo Leão  
Elza Pais  
José Cesário  
Margarida Balseiro Lopes  
Pedro Coimbra  
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha  
André Pinotes Batista

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista